
A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA NO ENSINO MÉDIO: UMA LEITURA HERMENÊUTICA DA SOCIOLOGIA ENTRE CLÁSSICOS E TEORIA CRÍTICA

THE FORMATION OF CRITICAL CONSCIOUSNESS IN HIGH SCHOOL: A
HERMENEUTIC READING OF SOCIOLOGY BETWEEN THE CLASSICS AND
CRITICAL THEORY

Ciências Humanas · 14/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/778642837](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778642837)

Alessandra Krauss¹

Leanderson Cristiano Voznei²

RESUMO

O presente artigo discute o ensino da Sociologia no Ensino Médio brasileiro, enfatizando sua relevância na formação crítica dos estudantes. Fundamentado em uma abordagem qualitativa e ancorado na hermenêutica crítica, o estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições dos clássicos da Sociologia para o ensino da disciplina no Ensino Médio, considerando sua importância na formação crítica e na compreensão da realidade social. Nesse sentido, parte-se da seguinte questão problema: de que maneira as contribuições dos clássicos da Sociologia podem fortalecer o ensino da disciplina no Ensino Médio, promovendo a formação crítica dos estudantes e a compreensão da realidade social? Analisa-se as contribuições dos clássicos da Sociologia, como Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, articulando-as às perspectivas críticas de Antonio Gramsci, Paulo Freire e da Escola de Frankfurt, representada por Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse. A partir do diálogo com Anthony Giddens, Nelson Dacio Tomazi e Carlos Eduardo Sell, evidencia-se que o ensino da Sociologia, ao incorporar diferentes perspectivas teóricas, possibilita aos estudantes compreender e interpretar criticamente a realidade social. Conclui-se que a utilização desses autores em sala de aula potencializa a formação de sujeitos críticos, contribuindo para a construção de uma sociedade menos desigual.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Formação crítica; Ensino Médio; Hermenêutica crítica; Educação.

ABSTRACT

This article discusses the teaching of Sociology in Brazilian high school, emphasizing its relevance in the critical formation of students. Grounded in a qualitative approach and based on critical hermeneutics, the study aims to analyze the contributions of the

classical authors of Sociology to the teaching of the discipline in high school, considering their importance in critical formation and in the understanding of social reality. In this sense, the study is guided by the following research question: how can the contributions of classical Sociology strengthen the teaching of the discipline in high school, promoting students' critical formation and the understanding of social reality? The analysis focuses on the contributions of classical sociologists such as Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx, and Max Weber, articulating them with the critical perspectives of Antonio Gramsci, Paulo Freire, and the Frankfurt School, represented by Theodor Adorno, Max Horkheimer, and Herbert Marcuse. Based on the dialogue with Anthony Giddens, Nelson Dacio Tomazi, and Carlos Eduardo Sell, it is argued that the teaching of Sociology, by incorporating different theoretical perspectives, enables students to understand and critically interpret social reality. It is concluded that the use of these authors in the classroom enhances the formation of critical subjects, contributing to the construction of a less unequal society.

Keywords: Sociology teaching; Critical formation; High school; Critical hermeneutics; Education.

1. INTRODUÇÃO

O ensino da Sociologia no Ensino Médio brasileiro tem assumido um papel relevante no campo educacional, especialmente no que se refere à formação crítica dos estudantes. Nesse contexto, compreender e interpretar a realidade social torna-se elemento central no processo educativo, na medida em que possibilita aos sujeitos a leitura das relações sociais, das desigualdades e das estruturas que organizam a vida em sociedade.

A Sociologia surge em meio às transformações sociais provocadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, consolidando-se como ciência voltada à compreensão das dinâmicas sociais (GIDDENS, 2012, p. 23). Desde então, diferentes autores têm contribuído para a construção de um campo teórico robusto, essencial para a interpretação da sociedade contemporânea. Como destaca Anthony Giddens (2012), a Sociologia permite ao indivíduo desenvolver a imaginação sociológica, possibilitando compreender que experiências pessoais estão diretamente relacionadas a processos sociais mais amplos.

Nessa mesma direção, Nelson Dacio Tomazi (2010, p. 01) enfatiza que o ensino da Sociologia no Ensino Médio deve ultrapassar a mera apresentação de conceitos, constituindo-se como espaço de problematização da realidade social. Para o autor, a disciplina possibilita aos estudantes desenvolver uma postura reflexiva diante do mundo social, compreendendo que as relações sociais são historicamente construídas e, portanto, passíveis de transformação.

Complementarmente, Carlos Eduardo Sell (2013, p. 17) destaca que a Sociologia, enquanto campo de conhecimento, contribui para a formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente os fenômenos sociais, articulando teoria e realidade. Tal perspectiva reforça a importância do ensino da disciplina como instrumento de formação intelectual e política dos estudantes.

Dessa forma, este artigo discute as contribuições dos clássicos da Sociologia para o ensino da disciplina no Ensino Médio, destacando sua importância na formação crítica e na construção de uma sociedade menos desigual. Parte-se do pressuposto de que o ensino da Sociologia, quando fundamentado em uma abordagem teórica

consistente e orientado pela hermenêutica crítica, possibilita aos estudantes não apenas o acesso ao conhecimento sociológico, mas também o desenvolvimento da capacidade de compreender e interpretar a realidade social de maneira crítica e reflexiva.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições dos clássicos da Sociologia para o ensino da disciplina no Ensino Médio, considerando sua importância na formação crítica e na compreensão da realidade social.

Diante dessas considerações, formula-se a seguinte pergunta problema: de que maneira as contribuições dos clássicos da Sociologia podem fortalecer o ensino da disciplina no Ensino Médio, promovendo a formação crítica dos estudantes e a compreensão da realidade social?

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, por buscar compreender e interpretar os fenômenos sociais a partir de seus significados, considerando a complexidade e a multidimensionalidade da realidade social (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 47-49). Essa perspectiva possibilita analisar o ensino da Sociologia no Ensino Médio não apenas como prática pedagógica, mas como espaço de produção de sentidos e de construção da consciência crítica dos sujeitos.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise de obras clássicas e contemporâneas da Sociologia e da Educação, enquanto a pesquisa documental permite a utilização de diferentes tipos de registros e

materiais acadêmicos para compreensão do objeto investigado (MATTAR; RAMOS, 2021, p. 124).

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), possibilitando a organização, categorização e interpretação dos sentidos presentes nos textos analisados.

O estudo ancora-se na perspectiva da hermenêutica crítica, entendida como um método de interpretação que busca atribuir sentido aos fenômenos sociais a partir da compreensão histórica e contextual. O termo hermenêutica deriva do grego *hermeneuein*, que significa interpretar ou traduzir (PORTER; ROBISON, 2019, p. 26). Conforme Grodin (2012, p. 13-14), a hermenêutica evolui de uma técnica de interpretação de textos para uma filosofia da interpretação da própria existência.

Nessa perspectiva, a hermenêutica não se limita à descrição dos fatos, mas centra-se na interpretação, considerando o ser, o tempo e o espaço como dimensões fundamentais da compreensão (RIBAS, 2017, p. 30-31). Assim, compreender implica interpretar os sentidos expressos nas ações humanas, nos discursos e nas relações sociais.

A fundamentação teórica-metodológica apoia-se especialmente nas contribuições de Gadamer, para quem “compreender e interpretar estão imbricados de modo indissolúvel” (GADAMER, 1997, p. 581), sendo que “a forma de realização da compreensão é a interpretação” (GADAMER, 1997, p. 566). Nessa abordagem, toda compreensão é historicamente situada, atravessada por pré-compreensões e condicionada pelo contexto em que se insere o sujeito.

Além disso, Gadamer (1998, p. 58) destaca a relação circular entre o todo e as partes na interpretação, indicando que a compreensão de um fenômeno depende do reconhecimento de seu contexto. Tal perspectiva reforça a necessidade de considerar os sujeitos e suas experiências na análise dos dados.

Outros autores reforçam a importância da abordagem qualitativa na compreensão dos fenômenos educacionais. Segundo Mattar e Ramos (2021, p. 127), esse tipo de pesquisa busca compreender os fenômenos em profundidade, considerando os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilita uma análise crítica e interpretativa do ensino da Sociologia no Ensino Médio, articulando teoria e realidade. Ao privilegiar a abordagem qualitativa e a hermenêutica crítica, a pesquisa evidencia o potencial formativo da disciplina na construção da consciência crítica dos estudantes.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Origem da Sociologia e Contexto Histórico

A constituição da Sociologia como campo científico está intrinsecamente relacionada às profundas transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, especialmente em decorrência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Esses processos históricos alteraram significativamente as formas de organização social, promovendo a transição de uma sociedade agrária e tradicional para uma sociedade industrial, urbana e marcada por novas relações de trabalho e poder (GIDDENS, 2012, p. 23).

A Revolução Industrial intensificou o processo de urbanização, provocando o crescimento desordenado das cidades, a precarização das condições de trabalho e o aumento das desigualdades sociais. Paralelamente, a Revolução Francesa contribuiu para a consolidação de novos ideais políticos, como liberdade, igualdade e fraternidade, que passaram a orientar a organização das sociedades modernas. Nesse cenário de profundas mudanças, emergiu a necessidade de compreender e interpretar os fenômenos sociais de maneira sistemática e científica.

De acordo com Carlos Eduardo Sell (2015, p. 16-17), a Sociologia nasce justamente como uma resposta intelectual a essas transformações, buscando interpretar as novas formas de sociabilidade e os conflitos sociais decorrentes da modernidade. Assim, a disciplina se consolida como um campo de conhecimento voltado à compreensão das relações sociais, das instituições e das estruturas que organizam a vida em sociedade.

Nessa mesma direção, Anthony Giddens (2012, p. 23) destaca que a Sociologia permite compreender que os problemas individuais estão profundamente conectados a questões sociais mais amplas, evidenciando a importância da análise sociológica na interpretação da realidade contemporânea. Essa perspectiva amplia o olhar sobre os fenômenos sociais, possibilitando uma compreensão que ultrapassa o senso comum.

Sob a perspectiva da hermenêutica crítica, a emergência da Sociologia não deve ser compreendida apenas como um processo histórico linear, mas como uma construção interpretativa, mediada por diferentes contextos e perspectivas teóricas. Nesse sentido, compreender o surgimento da Sociologia implica reconhecer os

condicionantes históricos que influenciaram sua constituição, bem como os diferentes olhares que contribuíram para sua consolidação enquanto ciência.

Nelson Dacio Tomazi (2000, p. 1) ressalta que a Sociologia é fruto das transformações sociais desencadeadas pela Revolução Industrial, sendo compreendida como uma “ciência da crise”. Já no campo educacional, o autor destaca que o ensino da Sociologia deve possibilitar aos estudantes compreenderem que os fenômenos sociais são historicamente construídos, o que implica reconhecer a dinamicidade da sociedade e a possibilidade de sua transformação.

Dessa forma, a compreensão da origem da Sociologia constitui elemento fundamental para o ensino da disciplina, uma vez que permite aos estudantes interpretar as transformações sociais que deram origem ao pensamento sociológico. Ao articular história, teoria e interpretação, o ensino da Sociologia contribui para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade social.

Nesse sentido, torna-se necessário avançar na compreensão dos fundamentos teóricos que estruturam o pensamento sociológico. Assim, a seguir serão abordados os principais conceitos desenvolvidos por Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, cujas contribuições são fundamentais para a compreensão da sociedade moderna e para o ensino da Sociologia no Ensino Médio.

3.2. Comte e o Positivismo

Auguste Comte é amplamente reconhecido como o fundador da Sociologia, sendo responsável por sistematizar a disciplina enquanto

ciência autônoma. Sua proposta teórica, o positivismo, fundamenta-se na ideia de que o conhecimento científico deve basear-se na observação empírica e na busca por leis universais que expliquem os fenômenos sociais (COMTE, 1978, p. 53; p. 61). Nesse sentido, Comte busca conferir à Sociologia o estatuto de ciência, aproximando-a dos modelos explicativos das ciências naturais.

Comte defende que o desenvolvimento do conhecimento humano ocorre por meio da “lei dos três estados”, segundo a qual o pensamento evolui do estágio teológico ao metafísico e, por fim, ao positivo, caracterizado pela centralidade da ciência e da racionalidade (COMTE, 1978, p. 53-61). Nesse último estágio, o conhecimento passa a ser orientado pela observação e pela experimentação, rejeitando explicações baseadas em crenças ou abstrações. Tal formulação evidencia uma concepção linear do progresso do conhecimento, marcada pela valorização da ciência como forma privilegiada de compreensão da realidade.

De acordo com Anthony Giddens (2012, p. 23), o positivismo comtiano representa uma tentativa de estabelecer padrões científicos rigorosos para o estudo da sociedade, buscando identificar regularidades e leis sociais. Nessa perspectiva, a Sociologia assume a função de compreender e organizar a vida social, contribuindo para a estabilidade e a ordem.

Entretanto, como destaca Carlos Eduardo Sell (2015, p. 27), a proposta positivista, ao enfatizar a objetividade e a neutralidade científica, tende a minimizar a complexidade dos fenômenos sociais, especialmente no que se refere aos conflitos e às contradições que marcam a sociedade moderna. Tal limitação torna-se ainda mais evidente quando se considera a dinamicidade das relações sociais e

a presença de interesses divergentes entre os diferentes grupos sociais.

Nessa mesma direção, Nelson Dacio Tomazi (2010, p. 1) ressalta que o ensino da Sociologia deve problematizar as bases do positivismo, evidenciando que a realidade social não pode ser compreendida apenas por meio de leis gerais e universais. Para o autor, é fundamental que os estudantes compreendam que o conhecimento sociológico envolve interpretação, historicidade e múltiplas perspectivas.

Sob a perspectiva da hermenêutica crítica, a proposta de Comte pode ser compreendida como uma das primeiras tentativas de interpretar a sociedade de forma sistemática, ainda que limitada por uma concepção de ciência centrada na objetividade e na neutralidade. Conforme argumenta Krauss (2025, p. 68), em sua tese, a Sociologia, ao se constituir como campo científico, incorpora diferentes matrizes teóricas que expressam formas distintas de compreender e interpretar a realidade social.

A contribuição de Comte foi fundamental para estabelecer as bases metodológicas da Sociologia, influenciando o desenvolvimento posterior da disciplina. Sua preocupação com a organização do conhecimento e com a sistematização da análise social abriu caminho para o surgimento de outras abordagens teóricas que ampliaram e problematizaram a compreensão da sociedade.

Dessa forma, ao abordar o pensamento de Comte no ensino da Sociologia, torna-se possível evidenciar tanto sua importância histórica quanto suas limitações teóricas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica da constituição da disciplina. Tal

abordagem permite aos estudantes interpretar o desenvolvimento do pensamento sociológico como um processo histórico e interpretativo da realidade social.

3.3. Émile Durkheim

Émile Durkheim desempenha um papel central na consolidação da Sociologia como ciência, ao definir de maneira precisa seu objeto de estudo: o fato social. Segundo o autor, os fatos sociais são formas de agir, pensar e sentir que são exteriores ao indivíduo e exercem sobre ele um poder coercitivo (DURKHEIM, 1978, p. 93). Tal definição evidencia que a realidade social possui uma existência própria, anterior e independente das vontades individuais.

A partir dessa concepção, desenvolve-se a perspectiva funcionalista, na qual a sociedade é compreendida como um sistema composto por partes interdependentes que desempenham funções específicas para a manutenção do todo. Nesse sentido, cada instituição social, como a família, a escola, a religião e o Estado exerce um papel fundamental na garantia da ordem e da coesão social. A estabilidade da sociedade depende, portanto, do funcionamento harmonioso dessas instituições.

Durkheim, ao analisar a divisão do trabalho social, demonstra que as formas de solidariedade variam conforme o grau de complexidade da sociedade. Nas sociedades tradicionais, predomina a solidariedade mecânica, baseada na semelhança entre os indivíduos. Já nas sociedades modernas, caracteriza-se a solidariedade orgânica, marcada pela diferenciação social e pela interdependência entre os indivíduos. Essa distinção evidencia que a

coesão social não desaparece com a modernidade, mas assume novas formas.

Nessa perspectiva, alguns autores da Sociologia comentam a respeito das teorias sociológicas de Durkheim. De acordo com Anthony Giddens (2012, p. 31), a perspectiva funcionalista de Durkheim contribui para compreender como as estruturas sociais garantem a continuidade da vida em sociedade, ao estabelecer padrões de comportamento e normas compartilhadas. No entanto, essa abordagem tende a privilegiar a ordem social, enfatizando os mecanismos de integração em detrimento das tensões e conflitos.

Carlos Eduardo Sell (2015, p. 84) aponta que o funcionalismo durkheimiano, ao focar na estabilidade e no equilíbrio social, pode limitar a análise crítica das desigualdades estruturais. Tal perspectiva, embora fundamental para a consolidação da Sociologia, precisa ser problematizada no contexto do ensino, especialmente quando se busca desenvolver a consciência crítica dos estudantes.

No campo educacional, a teoria funcionalista atribui à escola um papel central na manutenção da coesão social. A educação é compreendida como um processo de socialização por meio do qual os indivíduos internalizam normas, valores e regras que possibilitam sua integração à sociedade. Nesse sentido, a escola contribui para a reprodução da ordem social, formando sujeitos capazes de atuar de acordo com as expectativas coletivas.

Conforme destaca Nelson Dacio Tomazi (2010, p. 1), compreender o papel das instituições sociais é fundamental para o ensino da Sociologia, uma vez que permite aos estudantes analisar como os valores sociais são construídos e transmitidos. No entanto, essa

compreensão deve ser acompanhada de uma reflexão crítica, que problematize as desigualdades e as contradições presentes na sociedade.

Sob a perspectiva da hermenêutica crítica, o funcionalismo durkheimiano pode ser interpretado como uma das formas de compreensão da realidade social, marcada pela ênfase na ordem e na integração. Contudo, conforme argumenta Krauss (2025, p. 40), em sua tese, o ensino da Sociologia deve ultrapassar uma leitura meramente funcional da sociedade, incorporando abordagens que evidenciem os conflitos, as disputas de poder e as desigualdades sociais.

Dessa forma, ao trabalhar a teoria funcionalista no Ensino Médio, torna-se possível não apenas compreender a importância das estruturas sociais na organização da vida coletiva, mas também problematizar seus limites. Tal abordagem contribui para que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais ampla e crítica da realidade social, articulando diferentes perspectivas teóricas com a sua prática cotidiana.

3.4. Karl Marx

Karl Marx desenvolve uma abordagem crítica da sociedade, centrada na análise econômica com o viés para as relações de produção e na luta de classes. Para o autor, a estrutura econômica constitui a base da sociedade, condicionando as demais dimensões, como a política, a cultura e a educação (MARX, 1991, p. 1012). Essa perspectiva, fundamentada no materialismo histórico, permite compreender a sociedade como resultado de processos históricos dinâmicos, marcados por contradições e conflitos.

A partir do materialismo histórico, Marx evidencia que as desigualdades sociais não são naturais, mas resultam de processos históricos e de relações de exploração. Nesse sentido, a sociedade capitalista é marcada por conflitos entre classes sociais, especialmente entre burguesia e proletariado. A exploração do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção constituem elementos centrais para a compreensão das desigualdades estruturais que caracterizam o capitalismo.

Vejamos as concepções dos autores da Sociologia sobre a contribuição de Karl Marx. De acordo com Anthony Giddens (2012, p. 26), a contribuição de Marx está na capacidade de revelar as relações de poder presentes na estrutura econômica da sociedade, evidenciando que os conflitos sociais são inerentes ao modo de produção capitalista. Essa leitura amplia a compreensão da realidade social, ao destacar que a organização da sociedade está profundamente vinculada às formas de produção e distribuição de riqueza.

Nessa mesma direção, Carlos Eduardo Sell (2015, p. 67) destaca que a teoria marxista possibilita uma leitura crítica das desigualdades sociais, ao evidenciar que estas são produzidas e reproduzidas historicamente. Para o autor, compreender a sociedade a partir da perspectiva marxista implica reconhecer as contradições que estruturam as relações sociais e os conflitos que delas emergem.

No campo educacional, essa perspectiva crítica revela o papel ambíguo da educação, que pode atuar tanto na reprodução quanto na transformação das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo em que a escola pode contribuir para a manutenção das estruturas de dominação, também pode se constituir como espaço de resistência

e emancipação, ao promover a consciência crítica dos sujeitos (MARX, 1992, p. 82-83).

Sob a perspectiva da hermenêutica crítica, o pensamento de Marx permite uma interpretação da realidade social que evidencia suas contradições estruturais. Conforme argumenta Krauss (2025), em sua tese, o ensino da Sociologia deve possibilitar aos estudantes compreenderem que a sociedade é atravessada por relações de poder e desigualdades historicamente construídas. Nesse sentido, a autora destaca que a abordagem marxista é fundamental para o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade, ao evidenciar que os fenômenos sociais não são neutros, mas resultam de processos históricos e de disputas entre grupos sociais.

Além disso, a categoria de ideologia, desenvolvida por Marx, contribui para compreender como determinadas ideias e representações podem atuar na legitimação das relações de dominação. Ao naturalizar desigualdades e ocultar conflitos, a ideologia exerce papel fundamental na manutenção da ordem social. Essa reflexão torna-se especialmente relevante no contexto educacional, ao possibilitar a problematização dos discursos e das práticas que estruturam a sociedade.

Dessa forma, a contribuição marxista é fundamental para o ensino da Sociologia, pois permite aos estudantes compreenderem as contradições sociais, as relações de exploração e os mecanismos de dominação presentes na sociedade. Ao articular teoria e realidade, essa abordagem favorece o desenvolvimento de uma postura crítica diante do mundo social, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de compreender, interpretar e transformar a realidade na construção de uma sociedade mais igualitária.

3.5. Max Weber e a Compreensão da Ação Social

Max Weber contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento da Sociologia ao propor uma abordagem centrada na compreensão da ação social. Diferentemente de perspectivas que privilegiam exclusivamente as estruturas sociais, Weber enfatiza o papel do indivíduo e dos sentidos atribuídos às suas ações. Para o autor, a Sociologia deve buscar compreender e interpretar a ação social a partir do significado que os sujeitos atribuem a ela (WEBER, 1991, p. 3).

A ação social, segundo Weber, é toda conduta humana dotada de sentido, orientada pela ação de outros indivíduos. Nesse sentido, o autor classifica a ação social em quatro tipos ideais: ação racional com relação a fins, ação racional com relação a valores, ação afetiva e ação tradicional (WEBER, 1991, p. 15). Essa tipologia permite compreender a diversidade das motivações humanas e a complexidade das relações sociais, evidenciando que os comportamentos não podem ser explicados apenas por fatores estruturais.

De acordo com Anthony Giddens (2012, p. 28), a principal contribuição de Weber está na incorporação da dimensão subjetiva à análise sociológica, ao considerar que a compreensão da sociedade exige a interpretação dos significados atribuídos pelos indivíduos às suas ações. Essa perspectiva amplia o campo de análise da Sociologia, ao integrar elementos culturais, simbólicos e históricos.

Outro aspecto central do pensamento weberiano refere-se ao processo de racionalização da sociedade moderna. Weber destaca

que a modernidade é marcada pela crescente racionalização das relações sociais, caracterizada pela organização burocrática, pela previsibilidade e pela eficiência. No entanto, esse processo também implica limitações à liberdade individual, na medida em que os sujeitos passam a estar inseridos em estruturas rígidas e normatizadas, o que o autor denomina como “gaiola de ferro”.

Nessa direção, Carlos Eduardo Sell (2015, p. 110) aponta que a análise weberiana permite compreender as transformações da modernidade, especialmente no que se refere à racionalização das instituições sociais. Para o autor, essa perspectiva é fundamental para interpretar as formas contemporâneas de organização social e suas implicações para os indivíduos.

No que se refere à questão do poder, Weber desenvolve uma tipologia das formas de dominação: tradicional, carismática e racional-legal. Essa classificação permite compreender como o poder é legitimado nas diferentes sociedades, evidenciando que a obediência não se dá apenas pela coerção, mas também pela crença na legitimidade da autoridade.

Sob a perspectiva da hermenêutica crítica, o pensamento de Weber contribui de maneira significativa para a compreensão e interpretação da realidade social, ao enfatizar o papel dos sentidos e das interpretações na constituição das ações humanas.

Além disso, Nelson Dacio Tomazi (2010) destaca que o ensino da Sociologia deve considerar a dimensão subjetiva da vida social, permitindo aos estudantes compreenderem que suas ações estão inseridas em contextos mais amplos e carregadas de significados.

Dessa forma, a contribuição de Weber para a Sociologia reside na possibilidade de articular estrutura e ação, objetividade e subjetividade, ampliando a compreensão dos fenômenos sociais. No contexto do Ensino Médio, essa abordagem permite aos estudantes desenvolverem uma leitura mais complexa da realidade, ao considerar tanto as condições estruturais quanto os sentidos atribuídos às ações sociais e como interfere em suas escolhas e ações cotidianas.

4. SOCIOLOGIA CRÍTICA E EDUCAÇÃO

A tradição crítica da Sociologia estabelece uma relação intrínseca entre educação e transformação social, compreendendo o processo educativo como um espaço de produção de sentidos e de formação da consciência crítica. Nesse contexto, destaca-se de forma central a contribuição de Paulo Freire, cuja obra fundamenta uma concepção de educação comprometida com a emancipação dos sujeitos.

Freire (1996, p. 47) afirma que *“ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”*, evidenciando uma ruptura com o modelo tradicional de ensino. Ao criticar a chamada educação bancária, o autor denuncia práticas pedagógicas baseadas na memorização e na passividade dos estudantes, nas quais o conhecimento é depositado de forma acrítica.

Em contraposição, propõe uma educação problematizadora, fundamentada no diálogo, na reflexão e na participação ativa dos sujeitos. Nessa perspectiva, o processo educativo torna-se um espaço de construção coletiva do conhecimento, no qual

professores e estudantes assumem papéis ativos na produção de saberes (FREIRE, 1996).

Outro conceito fundamental em sua obra é o de conscientização, entendido como o processo pelo qual os sujeitos desenvolvem uma leitura crítica da realidade. Conforme Freire (1987, p. 39), *“ninguém conscientiza ninguém, ninguém se conscientiza sozinho: os homens se conscientizam em comunhão”*, destacando o caráter coletivo e dialógico da construção do conhecimento.

A educação, nesse sentido, é compreendida como um ato político, uma vez que está diretamente relacionada às estruturas sociais e às relações de poder. Para Freire, a prática educativa deve possibilitar aos sujeitos não apenas compreender a realidade, mas também agir sobre ela, contribuindo para sua transformação (FREIRE, 1996).

Essa perspectiva dialoga diretamente com a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer, que compreende a interpretação como elemento central na produção do conhecimento. Para Gadamer (1997), a compreensão é sempre situada historicamente e mediada pela linguagem, sendo resultado de um processo dialógico entre o sujeito e o mundo.

A articulação entre Freire e Gadamer permite compreender o ensino da Sociologia como um processo interpretativo, no qual os estudantes não apenas recebem conteúdos, mas constroem sentidos a partir de suas experiências e contextos sociais. Assim, a prática pedagógica assume um caráter hermenêutico-crítico, na medida em que promove a leitura e a interpretação da realidade social de forma reflexiva.

Dessa forma, o ensino da Sociologia no Ensino Médio, ao incorporar os pressupostos da pedagogia freireana e da hermenêutica crítica, amplia significativamente seu potencial formativo. A disciplina passa a constituir-se como um espaço de diálogo com autores críticos, possibilitando aos estudantes desenvolverem a capacidade de compreensão e interpretação da realidade social.

Conseqüentemente, a Sociologia contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de questionar as estruturas sociais, compreender as desigualdades e atuar na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Diante das contribuições dos clássicos da Sociologia, torna-se necessário avançar para perspectivas teóricas que aprofundam a compreensão crítica da realidade social, especialmente no que se refere às relações de poder, à cultura e aos processos de formação da consciência. Nesse sentido, destacam-se as contribuições de Antonio Gramsci, Paulo Freire e dos autores da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse. Esses autores ampliam o debate sociológico ao problematizar os mecanismos de dominação presentes na sociedade contemporânea, evidenciando que as relações sociais são atravessadas por dimensões ideológicas, culturais e educativas. Sob a perspectiva da hermenêutica crítica, tais contribuições tornam-se fundamentais para a compreensão e interpretação dos processos sociais, uma vez que possibilitam analisar não apenas as estruturas sociais, mas também os sentidos, as disputas e as contradições que constituem a realidade.

A relação entre Sociologia crítica e educação constitui um eixo fundamental para a compreensão dos processos formativos no

contexto escolar, especialmente no Ensino Médio. A Sociologia crítica, ao problematizar as estruturas sociais, as relações de poder e as desigualdades historicamente construídas, oferece subsídios teóricos que permitem interpretar a realidade social para além das aparências imediatas. Nesse sentido, a educação deixa de ser compreendida apenas como um espaço de transmissão de conhecimentos e passa a ser entendida como um campo de disputas, no qual se produzem e se reproduzem visões de mundo. Conforme argumenta Krauss (2025, p. 105), em sua tese, o ensino da Sociologia deve possibilitar aos estudantes não apenas o acesso aos conceitos sociológicos, mas sobretudo a capacidade de compreender e interpretar criticamente a realidade social. Nessa perspectiva, a articulação entre Sociologia crítica e educação assume caráter formativo, ao contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica e para a construção de sujeitos capazes de questionar, interpretar e transformar as condições sociais em que estão inseridos. Sob a ótica da hermenêutica crítica, esse processo formativo se dá por meio da interpretação, na qual o conhecimento é construído a partir do diálogo entre teoria e realidade, evidenciando que a educação, quando orientada por uma perspectiva crítica, constitui-se como um espaço privilegiado de formação para a emancipação social. Nesse sentido, o autor Antonio Gramsci aborda a questão da Sociologia no viés da criticidade na formação de uma consciência crítica e social.

5. GRAMSCI, HEGEMONIA E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA CRÍTICA

A tradição crítica da Sociologia compreende a educação como um espaço estratégico de disputa de sentidos, no qual se produzem e se reproduzem concepções de mundo. Nesse contexto, a contribuição

de Antonio Gramsci torna-se fundamental para a compreensão das relações entre educação, cultura e poder, especialmente no que se refere à formação da consciência social.

Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia, entendido como a capacidade de um grupo social de exercer direção intelectual e moral sobre a sociedade. Para o autor, a hegemonia não se sustenta apenas pela coerção, mas principalmente pelo consenso, construído por meio das instituições sociais, entre elas a escola (GRAMSCI, 2001, p. 1211). Tal perspectiva amplia a análise das relações de poder ao evidenciar que a dominação se realiza também no campo simbólico e cultural.

Nesse sentido, Gramsci (2001, p. 1331) afirma que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, evidenciando que os processos educativos são centrais na formação das concepções de mundo e na manutenção ou transformação das estruturas sociais. A escola, portanto, não é um espaço neutro, mas um campo de disputa no qual diferentes projetos de sociedade são construídos e confrontados.

A educação assume, assim, um papel decisivo na construção da consciência social, podendo tanto reforçar as relações de dominação quanto contribuir para a formação de sujeitos críticos. Para Gramsci, a escola deve possibilitar o acesso ao conhecimento elaborado, permitindo que os indivíduos compreendam a realidade social de forma crítica e atuem na sua transformação. Essa perspectiva reforça a importância do ensino da Sociologia como espaço de mediação entre teoria e realidade.

Outro conceito central é o de intelectual orgânico, que se refere aos sujeitos que atuam na organização e difusão das ideias no interior de um grupo social. No campo educacional, o professor pode ser compreendido como um intelectual orgânico, responsável por mediar o conhecimento e promover a reflexão crítica dos estudantes (GRAMSCI, 2001, p. 1551). Tal concepção atribui ao docente um papel ativo na formação da consciência crítica, ultrapassando a ideia de mero transmissor de conteúdos.

Essa perspectiva amplia o debate sociológico ao evidenciar que a educação está atravessada por disputas ideológicas e relações de poder. Conforme argumenta Krauss (2025), em sua tese, o ensino da Sociologia deve possibilitar aos estudantes compreenderem essas disputas, reconhecendo que os conhecimentos e valores presentes na escola são historicamente construídos e socialmente situados.

Em diálogo com Paulo Freire, observa-se uma convergência no entendimento da educação como prática transformadora. Freire (1996) destaca a necessidade de uma educação problematizadora, baseada no diálogo e na conscientização, enquanto Gramsci enfatiza a formação de uma consciência crítica capaz de questionar a hegemonia dominante. Essa aproximação teórica fortalece a compreensão do processo educativo como prática social e política.

Essa articulação teórica contribui para compreender o ensino da Sociologia como um espaço privilegiado de interpretação crítica da realidade social. Ao dialogar com autores como Gramsci e Freire, a disciplina possibilita aos estudantes compreenderem as estruturas sociais, as relações de poder e os mecanismos de produção das desigualdades, desenvolvendo uma postura crítica diante do mundo social.

Sob a perspectiva da hermenêutica crítica, inspirada em Hans-Georg Gadamer, o processo educativo é compreendido como um movimento interpretativo, no qual os sujeitos constroem sentidos a partir de suas experiências e contextos históricos. Nesse sentido, o ensino da Sociologia não se limita à transmissão de conteúdos, mas promove a compreensão e interpretação da realidade social de forma crítica e reflexiva.

Dessa forma, a inserção da Sociologia no Ensino Médio, articulada às contribuições de Gramsci, Freire e à hermenêutica crítica, amplia as possibilidades de formação dos estudantes. A disciplina passa a constituir-se como um espaço de diálogo com autores críticos, favorecendo a construção de uma consciência social comprometida com a transformação da realidade e com a construção de uma sociedade menos desigual.

6. INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL E A SOCIOLOGIA CRÍTICA RADICAL

A tradição da teoria crítica, desenvolvida no âmbito do Instituto de Pesquisa Social, representa um marco fundamental para o aprofundamento da Sociologia enquanto campo comprometido não apenas com a compreensão, mas com a transformação da realidade social. Nesse contexto, as contribuições de Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse articulam-se na construção de uma crítica radical à sociedade capitalista e aos mecanismos de dominação presentes na modernidade.

Horkheimer (1980, p. 117-118) estabelece as bases da teoria crítica ao afirmar que o conhecimento não pode ser neutro, devendo estar orientado para a emancipação social. Para o autor, a teoria crítica

diferencia-se da teoria tradicional justamente por seu compromisso com a transformação da realidade, o que implica uma postura reflexiva diante das estruturas sociais e das relações de poder.

Essa perspectiva é aprofundada por Adorno, que, em conjunto com Horkheimer, desenvolve uma crítica contundente à racionalidade moderna. Ao analisarem a chamada razão instrumental, os autores evidenciam que a racionalidade, ao invés de promover a emancipação, pode se converter em mecanismo de dominação, contribuindo para a manutenção das estruturas sociais existentes (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 24). Nesse sentido, a crítica à indústria cultural revela como os processos de massificação e padronização cultural limitam a autonomia dos sujeitos, dificultando o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Por sua vez, Marcuse amplia essa análise ao discutir a sociedade industrial avançada, na qual os indivíduos passam a internalizar as formas de dominação, tornando-se conformados às estruturas existentes. Para o autor, a sociedade contemporânea produz necessidades e desejos que reforçam o sistema, reduzindo as possibilidades de contestação (MARCUSE, 1967, p. 7-9).

A articulação entre esses três autores permite compreender que a dominação na sociedade moderna não ocorre apenas por meio da coerção direta, mas também por mecanismos simbólicos, culturais e ideológicos, que atuam na formação da consciência dos indivíduos. Dessa forma, a crítica social proposta pela Escola de Frankfurt evidencia a necessidade de desenvolver uma postura reflexiva e questionadora diante da realidade.

No campo educacional, essas contribuições assumem grande relevância, especialmente no ensino da Sociologia no Ensino Médio. Ao incorporar os pressupostos da teoria crítica, a disciplina possibilita aos estudantes o contato com interpretações que desvelam as contradições sociais e os mecanismos de dominação presentes no cotidiano.

Nesse sentido, trabalhar com Horkheimer, Adorno e Marcuse em sala de aula não significa apenas apresentar teorias, mas promover debates que estimulem a compreensão e interpretação crítica da realidade social. A problematização de temas como indústria cultural, racionalidade instrumental, alienação e conformismo social permite aos estudantes questionarem as estruturas sociais e reconhecerem seu papel enquanto sujeitos históricos.

A partir dessa perspectiva, o ensino da Sociologia assume um papel formativo essencial, ao contribuir para o desenvolvimento da criticidade dos estudantes. Ao dialogar com esses autores, os alunos são instigados a refletir sobre a sociedade em que vivem, ampliando sua capacidade de análise, interpretação e posicionamento crítico.

Dessa forma, a presença da teoria crítica no ensino da Sociologia fortalece a construção de uma educação comprometida com a emancipação dos sujeitos. Ao promover o debate teórico e a reflexão crítica em sala de aula, a disciplina contribui para a formação de estudantes mais conscientes, capazes de compreender e questionar as desigualdades sociais e atuar na construção de uma sociedade mais justa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que o ensino da Sociologia no Ensino Médio assume um papel central na formação crítica dos estudantes, especialmente quando fundamentado no diálogo com autores clássicos e críticos que possibilitam compreender e interpretar a realidade social em sua complexidade. Nesse sentido, a Sociologia não se limita à transmissão de conteúdos, mas constitui-se como um espaço formativo no qual os estudantes são instigados a problematizar as estruturas sociais, as desigualdades e as relações de poder que permeiam a vida em sociedade.

Retomando a questão problema que orientou este estudo de que maneira as contribuições dos clássicos da Sociologia podem fortalecer o ensino da disciplina no Ensino Médio, promovendo a formação crítica dos estudantes e a compreensão da realidade social, os resultados da análise indicam que essa contribuição se efetiva na medida em que tais referenciais teóricos são articulados a perspectivas críticas, possibilitando aos estudantes não apenas o acesso ao conhecimento sociológico, mas também o desenvolvimento de uma leitura reflexiva, interpretativa e questionadora da realidade social.

As contribuições de Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber evidenciam diferentes formas de compreender a sociedade, oferecendo aos estudantes instrumentos teóricos fundamentais para a leitura do mundo social. No entanto, é na articulação desses autores com perspectivas críticas que o ensino da Sociologia amplia seu potencial formativo, ao possibilitar uma compreensão que ultrapassa a descrição dos fenômenos e alcança sua problematização.

Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Antonio Gramsci, Paulo Freire e dos autores da teoria crítica, como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, cujas abordagens permitem aprofundar a compreensão das relações de dominação presentes na sociedade contemporânea. A partir desses referenciais, o ensino da Sociologia passa a constituir-se como um espaço de questionamento das formas de poder, das ideologias e dos mecanismos que naturalizam as desigualdades sociais.

A utilização desses autores em sala de aula possibilita aos estudantes o contato com diferentes interpretações da realidade, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de compreender e interpretar criticamente os fenômenos sociais. Ao dialogar com o conceito de hegemonia em Gramsci, com a pedagogia problematizadora de Freire e com a crítica à racionalidade instrumental proposta pela Escola de Frankfurt, os estudantes são instigados a refletir sobre sua própria inserção na sociedade e sobre as possibilidades de transformação social.

Sob a perspectiva da hermenêutica crítica, inspirada em Hans-Georg Gadamer, o ensino da Sociologia configura-se como um processo interpretativo no qual o conhecimento é construído a partir do diálogo entre teoria e realidade. Essa abordagem reforça que a aprendizagem não ocorre de forma passiva, mas por meio da construção de sentidos, na qual os estudantes se tornam sujeitos ativos no processo educativo.

O ensino da Sociologia no Ensino Médio deve possibilitar aos estudantes o acesso a autores que problematizam a realidade social, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Nesse sentido, a autora destaca que a presença desses referenciais

teóricos no contexto escolar amplia as possibilidades de formação, ao permitir que os estudantes compreendam as relações sociais como construções históricas e passíveis de transformação.

Dessa forma, os autores mobilizados neste estudo contribuem de maneira significativa para o debate nas Ciências Sociais, em especial na Sociologia, ao oferecerem fundamentos teóricos que sustentam uma leitura crítica da sociedade. Quando incorporados ao ensino da disciplina, tais referenciais potencializam a formação dos estudantes, ao promover o desenvolvimento da criticidade, da reflexão e da capacidade de interpretação da realidade social.

Por fim, reafirma-se que o ensino da Sociologia no Ensino Médio, ao se apoiar na utilização desses autores, constitui uma oportunidade fundamental para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e interpretar a realidade social de maneira reflexiva e questionadora. Ao promover o diálogo com diferentes perspectivas teóricas, a disciplina contribui para a construção de uma formação intelectual comprometida com a análise das desigualdades e com a transformação social, consolidando-se como elemento essencial na construção de uma sociedade menos desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II: complementos e índice*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria tradicional e teoria crítica*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KRAUSS, Alessandra. *O ensino da Sociologia na formação emancipatória e crítica dos estudantes do Ensino Médio da 26ª Coordenadoria Regional de Educação em Canoinhas*. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. *Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Saraiva, 2021.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia clássica: autores e perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 2015.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Atual, 2010.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1999.

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Socióloga e docente de Sociologia na rede pública de ensino de Santa Catarina, com pesquisas no campo da educação,

especialmente voltadas ao ensino de Sociologia no Ensino Médio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1492-5077>

² Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), na área de concentração História e Regiões. Atua como professor de História e Geografia na rede estadual de ensino de Santa Catarina, com pesquisas no campo da educação, do ensino e dos estudos sobre migração, com ênfase nas relações entre espaço, poder e práticas socioculturais.